



EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0518016/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA
FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE
MATERIAL DE EXPEDIENTE
DESTINADOS AS SECRETARIAS,
ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DE CHÃ PRETA/AL.**



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022-SRP

PROCESSO Nº 05118016/2022

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Fone(s): _____ E-mail: _____

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S^a preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal Chã Preta/AL, através do e-mail cplchapreta@gmail.com

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Valquíria Lima da Silva
Pregoeira



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022

(Processo Administrativo nº 0518016/2022)

O MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA/AL, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Exmo. Sr. Prefeito, instituída pela Portaria nº 0301-001/2021 do dia 03 de janeiro de 2022, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação para Registro de Preços na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADOS AS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA/AL**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos, obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, à Lei Complementar nº 123, de 2006, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.. nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de Abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital, mediante condições estabelecidas neste edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das **09h00min do dia 07/07/2022 às 09h00min do dia 19/07/2022.**

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das **09h01min às 09h30min do dia 19/07/2022.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h40min horas do dia 19/07/2022.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para contratação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADOS AS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA/AL**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas no Termo de



Referência e demais documentos anexos a este Edital.

1.2. A licitação será realizada pelo regime de empreitada por preço unitário, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o **menor preço POR ITEM**.

1.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preço.

1.4. ESTA LICITAÇÃO É EXCLUSIVA PARA ME e EPP (MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE) EXCETO OS ITENS: 37 e 81.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

04.122.0002.2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.
04.122.0002.2006 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS.
04.123.0003.2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.
15.122.0006.2011 MANUT. DAS ATIV. DA SECRET. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO.
20.122.0008.2025 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE.
27.122.0007.2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE PROMOÇÃO E CULTURA.
04.122.0011.2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CAEC.
12.361.0005.4008 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE.
12.361.0005.4009 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE.
12.361.0005.4023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%.
10.301.0004.6002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
10.301.0004.6004 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB.
10.301.0004.6005 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DAS UNID. DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.
10.301.0004.6006 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DOS AGENTES COMUNITÁRIOS - PAC'S.
10.301.0004.6007 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL – PSB.
10.301.0004.6008 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA – BLAFB.
10.301.0004.6009 NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF.
10.301.0004.6011 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUS.
10.302.0004.6014 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE REGIONAL -BLMAC.
10.305.0004.6017 PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.
08.122.0009.8001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
08.243.0009.8002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR.
08.243.0009.8006 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.
08.244.0009.8007 MANUT. DAS ATIV. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS – SCFV.
08.244.0009.8008 MANUT. DAS ATIV. DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSIST. SOCIAL – CRAS.
08.244.0009.8009 MANUT. DAS ATIV. DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO BOLSA FAMÍLIAIGDBF.
08.244.0009.8011 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD SUAS.
08.244.0009.8012 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO CREAS.
09.122.0012.2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNSERP.
3.3.3.9.0.30.00.00.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO

2.2. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 1.029.441,42 (um milhão, vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos).



3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.2. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras;

3.6. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

3.7. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;



- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.8. Quanto ao CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS esclarecemos que:

- a) As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.
- b) A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- c) O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- d) A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.
- e) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- f) O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo whatsapp: 42 3026 4550, ou através da BNC – Bolsa Nacional de Compras – <https://bnc.org.br> ou pelo



e-mail contato@bnc.org.br.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2017, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. **Como condição para participação no Pregão**, a licitante **DEVERÁ** enviar junto aos documentos habilitatórios às seguintes declarações:

4.3.1. **Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts.42 a 49.**

4.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

4.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. **Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.**

4.3.3. **Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.**

4.3.4. **Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.**

4.3.5. **Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII. Da Constituição.**

4.3.6. **Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.**



4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.8. Declaração de inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Chã Preta, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

4.3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente **por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, inciso 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item e valor global da proposta, além de descrição detalhada do serviço contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.



6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

6.4. Os preços ofertados. Tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas da regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento de lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local neste Edital.

7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contendo vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas **vinte e quatro horas da comunicação** do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste edital e seus anexos.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, ocorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se



encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º inciso 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.25.1. No país;

7.25.2. Por empresas brasileiras;

7.25.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro



lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observando o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado aa Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do fim do prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente,



poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, poderá a Pregoeira verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



9.1.3.4. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante

será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais “não-digitais” quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhá-los, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.7. Habilitação jurídica:

9.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

9.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.7.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.



9.7.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.7.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.8.5. Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual.

9.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.8.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.8.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.8.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica suficiente(s) para habilitação do licitante nos remanescentes.

9.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.10.1 Apresentação de pelo menos 01 um atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público



ou privado em nome da empresa Proponente, comprovando a execução de insumo(s) compatível(is) com o objeto deste certame;

9.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à **regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.** O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. Não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.17.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para habilitação do licitante nos remanescentes.

9.18. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

I. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas,



rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

II. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

III. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

IV. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

V. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

VI. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

VII. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objetivo deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

VIII. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

IX. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação

10. DOS RECURSOS.

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá aa Pregoeiraverificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para



apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados



a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

16.3.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das



condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16.7. A Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. Apresentar documentação falsa;

21.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. Não manter a proposta;

21.1.7. Cometer fraude fiscal;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.



- 21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.
- 21.5. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
- 21.6. Multa de 1% (um, por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.
- 21.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



21.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.16. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cplchapreta@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro, Chã Preta/AL, CEP 57680-000.

23.3. Caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

23.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

- 24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BNC.ORG.BR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.12 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico cplchapreta@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **rua Aureliano Teixeira, 115 – Centro – Chã Preta/AL – CEP:57760-000 – sala de licitações** da Prefeitura de Chã Preta/AL, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos.
- 24.14 ANEXO I – Termo de Referência.
- 24.15 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços, se for o caso.
- 24.16 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato (quando for o caso).
- 24.17 ANEXO IV – Modelo de Proposta;
- 24.18 ANEXO V – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta.
- 24.19 ANEXO VI - Modelo de Declaração de Inexistência de Parentes;



- 24.20** ANEXO VII – Modelo de declaração de que não emprega menor;
- 24.21** ANEXO VIII – Modelo de Declaração de inidoneidade e fatos impeditivos para licitar;
- 24.22** ANEXO IX – Modelo de Declaração de pleno conhecimento de fatos legais do Edital;
- 24.23** ANEXO X – Modelo de Declaração de Microempresa ou EPP;
- 24.24** ANEXO XI – Modelo de Declaração de que não admite trabalho forçado ou degradante;
- 24.25** ANEXO XII – Modelo de Autorização de Fornecimento.

CHÃ PRETA /AL, 05 de julho de 2022

VALQUÍRIA LIMA DA SILVA
Pregoeira



ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto **Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de expediente**, com o fim de atender às necessidades das secretarias e órgãos do município de **Chã Preta/AL**, pela modalidade de licitação PREGÃO em sua forma Eletrônica, de acordo com as normas: Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006 e demais normas aplicáveis à matéria.

2. FINALIDADE

2.1. Dar subsídios para permitir a aquisição de **material de expediente** para garantir a manutenção do uso de equipamentos de informática e eletrônico e auxiliar nas atividades, de acordo com a necessidade das secretarias solicitantes.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Justifica-se a aquisição de material de expediente, por serem materiais para subsidiar o pleno funcionamento das unidades administrativas da administração pública municipal, facilitando assim a qualidade na prestação dos serviços públicos, ou seja, os materiais de expediente solicitados e devidamente descritos no presente termo de referência são imprescindíveis para oferecer condições adequadas para realizações dos serviços desenvolvidos pelas secretarias do município possibilitando, assim, o desempenho das atribuições constitucionalmente que lhes são impostas. Ressalte-se que as quantidades estimadas foram fixadas tendo por base a necessidade de cada unidade solicitante.

4. DO OBJETO

4.1. Esta licitação tem por objeto formalização de Ata de Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de material de expediente, destinado as secretarias, órgãos e departamentos da administração pública do município de Chã Preta/AL, nas quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência conforme tabela de especificação e quantitativo dos produtos, que segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	ESTIMADO UNITÁRIO	ESTIMADO GLOBAL
1	ALFINETE: com cabeça esférica em plástico, colorido, comprimento 10mm em aço niquelado, aplicação para mapa. caixa com 50 unidades	Caixas	650	R\$8,68	R\$ 5.642,00
2	ALMOFADA/COLETOR DE IMPRESSÃO DIGITAL: Redondo superfície rígida micro porosa para coleta nítida, tinta atóxica fácil para uso, capacidade 5.000 coletas.	Unidades	220	R\$ 42,56	R\$ 9.363,20



3	ALMOFADA PARA CARIMBO: com tampa plástica, almofada com esponja absorvente revestida de tecido, tipo entintada, tamanho grande, medida aproximada 9,8 x 16,7 cm, boa qualidade, na cor azul, nº 04, prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	Unidades	137	R\$ 16,24	R\$ 2.224,88
4	APAGADOR: Para quadro branco, medida aproximada 60 x 150mm, corpo em plástico de alta resistência, base com feltro, refil substituível, de boa qualidade.	Unidades	60	R\$ 10,11	R\$ 606,60
5	APONTADOR PARA LÁPIS GRAFITE: em metal, tipo escolar, com 01 (um) furo, com lâmina em aço inoxidável com excelente fio de corte, tamanho pequeno e prático, super-resistente.	Unidades	550	R\$ 2,31	R\$ 1.270,50
6	BORRACHA APAGADORA: branca, macia especial para apagar escrita e lápis, composta de borracha natural, óleo mineral, branca sintética, medida mínima de 45 x 23 x 12 mm, de boa qualidade, a base de PVC, protegida por cinta plástica.	Unidades	340	R\$ 1,92	R\$ 652,80
7	BORRACHA BICOLOR: (azul e vermelha) para apagar tinta e lápis, composta de: borracha natural, borracha sintética, cargas de óleo mineral, pigmento, abrasivo, acelerador e essência, medindo: 45 x 17 x 7,3 mm, peso: 10 g, de boa qualidade	Unidades	160	R\$ 1,00	R\$ 160,00
8	BORRACHA DE PONTEIRA: branca, com látex natural, apaga escrita e lápis e lapiseira, aplicáveis para qualquer graduação de grafite.	Unidades	542	R\$ 0,57	R\$ 308,94
9	CADERNO BROCHURA: capa dura, 1/4, com área para identificação, folhas pautadas, costurado, número de 48 folhas, dimensões: 140x200mm, cor: azul.	Unidades	590	R\$ 2,65	R\$ 1.563,50
10	CADERNO BROCHURÃO: capa dura, costurado, 1/1, folha pautado, número de 96 folhas, dimensões: 200x275cm, cor: azul.	Unidades	580	R\$ 6,37	R\$ 3.694,60
11	CADERNO BROCHURÃO, capa flexível (mole), capa dura costurado, folha pautado, número de 96 folhas, dimensões: 200x275cm, cor: azul.	Unidades	230	R\$ 6,24	R\$ 1.435,20
12	CADERNO ESPIRAL: capa: dura, acabamento com verniz, espiral, folhas: pautadas, número de matérias: 10 matérias, formato: 200mm x 275mm, gramatura: 56g/m², número de folhas: 200 folhas.	Unidades	180	R\$ 14,21	R\$ 2.557,80
13	CAIXA ORGANIZADORA: plástico injetado, translúcida, retangular, com trava de fechamento ambos lados que prende a tampa a caixa plástica e garante segurança, dimensões aproximadas do produto: 14,4x42,5x30,5cm, capacidade: 13,5 litros.	Unidades	672	R\$ 52,70	R\$ 35.414,40
14	CAIXA ORGANIZADORA: plástico injetado, translúcida, retangular, com trava de fechamento ambos lados que prende a tampa a caixa plástica e garante segurança, dimensões aproximadas do produto: 41,7x29x23 cm, capacidade: 21,5 litros	Unidades	642	R\$ 53,72	R\$ 34.488,24
15	CALCULADORA DIGITAL DE MESA - 57mm de largura e 45mm de diâmetro	Unidades	90	R\$ 23,05	R\$ 2.074,50



16	CALCULADORA ELETRÔNICA DE BOLSO: Possui visor LCD, calcula raiz quadrada, porcentagem, além das 4 operações básicas. Possui memória e desligamento automático, com funcionamento a pilha ou energia solar / Calculadora Eletrônica Altura: 5 MM, Aplicação: Científica , Comprimento: 90 MM, Cor: Preta , Tipo: Bolso , Largura: 50 MM, Número Dígitos: 8 UN, Fonte Alimentação: Solar/Pilha , Tensão: 1,5 V,	Unidades	140	R\$ 11,71	R\$ 1.639,40
17	CANETA / PINCEL MARCA TEXTO: CAIXA COM 12 - COLORIDO - FELTRO – DE PLÁSTICO - super fluorescente, de máxima durabilidade para marcação de texto, formato 2 pontas chanfradas, marcações de 4mm ou 1mm de espessura	Caixas	550	R\$ 17,29	R\$ 9.509,50
18	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL - Caneta esferográfica; corpo em resina termoplástica; formato sextavada; ponta em latao; esfera de tungstenio e; com espessura de 1,0mm; na cor azul; tampa ventilada, com furo central corpo cristal.	Unidades	4450	R\$ 0,68	R\$ 3.026,00
19	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA - Caneta esferográfica; corpo em resina termoplástica; formato sextavada; ponta em latao; esfera de tungstenio e; com espessura de 1,0mm; na cor preta; tampa ventilada, com furo central corpo cristal.	Unidades	3740	R\$ 0,77	R\$ 2.879,80
20	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA - Caneta esferográfica; corpo em resina termoplástica; formato sextavada; ponta em latao; esfera de tungstenio e; com espessura de 1,0mm; na cor vermelha; tampa ventilada, com furo central corpo cristal.	Unidades	630	R\$ 0,89	R\$ 560,70
21	CARBONO PAPEL: preto, alta qualidade, durabilidade para cópia mais limpa e visíveis, excelente em cópias múltiplas, formato: A4, medidas aproximadas: 210x297, gramagem: 48g, cor: preto. Caixa com 100 unid.	Caixas	41	R\$ 78,27	R\$ 3.209,07
22	CARTOLINA ESCOLAR (PAPEL): Cartolina para trabalhos escolares e artesanato. Produzido com materiais de qualidade, dobrável, para cortar, colar, escrever, dimensões (folha) 50 cm x 66 cm, gramatura 150 g/m², 1ª qualidade.	Unidades	800	R\$ 0,69	R\$ 552,00
23	CARTOLINA ESCOLAR: folha, medidas aproximadas: 50x66cm, gramatura: 240grs, cores variadas	Unidades	720	R\$ 1,06	R\$ 763,20
24	CLIPES NR 1/0: para papel, produzido em aço niquelado, resistente a oxidação. Caixa 100 unid.	Caixas	212	R\$ 2,95	R\$ 625,40
25	CLIPES NR 2/0: para papel, produzido em aço niquelado, resistente a oxidação. Caixa 100 unid.	Caixas	217	R\$ 3,85	R\$ 835,45
26	CLIPES NR 4/0: para papel, produzido em aço niquelado, resistente a oxidação. Caixa 50 unid.	Caixas	227	R\$ 3,57	R\$ 810,39
27	CLIPES NR 6/0: para papel, produzido em aço niquelado, resistente a oxidação. Caixa 50 unid.	Caixas	202	R\$ 4,63	R\$ 935,26
28	CLIPES NR 8/0: para papel, produzido em aço niquelado, resistente a oxidação. CAIXA 25 unid.	Caixas	187	R\$ 4,13	R\$ 772,31
29	COLA BRANCA: líquida, base em PVA, não tóxica, isenta de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde; 100% lavável, uso escolar, embalagem plástica com bico economizador – espátula aplicadora, peso líquido 90g, embalagem 12 unid.	Unidades	694	R\$ 2,85	R\$ 1.977,90



30	COLA COLORIDA: possui bico aplicador material; não tóxico; cores com brilho intenso. Caixa 06 unidades, 23g cada.	Caixas	140	R\$ 15,59	R\$ 2.182,60
31	COLA EM BASTÃO - Peso 20g. Atóxica, composição Glicerina e possuir selo do imetro.	Unidades	360	R\$ 4,67	R\$ 1.681,20
32	COLA GLITTER: possui bico aplicador que facilita a pintura, não tóxico, cores vibrantes e brilho intenso. Caixa 06 unidades, 23g cada.	Caixas	140	R\$ 18,23	R\$ 2.552,20
33	COLA PARA ISOPOR - Não tóxica, isenta de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, embalagem plástica com bico economizador – espátula aplicadora, peso líquido 90g	Unidades	450	R\$ 5,73	R\$ 2.578,50
34	COLA QUENTE BASTÃO FINA: corpo plástico, semitransparente, ideal para diversos trabalhos para colagem artesanal de madeira, papelão, papel, E.V.A em outros objetos, secagem rápida, diâmetro 7,5mm x 30cm.	Unidades	400	R\$ 1,37	R\$ 548,00
35	COLA QUENTE BASTÃO GROSSO: corpo plástico, semitransparente, ideal para fixação de componentes em placas, fixação de conectores, colagem de papel, plástico, madeira e cerâmica e aplicação de artesanato, secagem rápida, dimensões: 11,2mm x 30cm		230	R\$ 1,99	R\$ 457,70
36	CORRETIVO LÍQUIDO: fórmula à base de água: sem odor, não tóxico e seguro, não prejudique o meio ambiente, excelente cobertura, aplicação em papel, secagem rápida, apresentação em frasco, volume aproximado 18ml	Unidades	396	R\$ 2,03	R\$ 803,88
37	FRAGMENTADORA DE PAPEL - fragmentadora de papel cd/dvd e cartão, com as seguintes características: capacidade de corte simultâneo de, no mínimo, 15 folhas de papel a4 (gramatura: 75g/m²); nível de segurança 2 ou 3, conforme norma din 63.999/12; abertura de inserção mínima: 230 mm; deverá possuir a função de reversão em caso de atolamento de papel; acionamento por botão liga/desliga, com sensor eletrônico automático; nível de ruído máximo de 65 db (nbr 10.152); deverá possuir cesto para resíduos do tipo removível com capacidade aproximada de 26 litros; pentes raspadores em plástico e navalhas em metal engrenagem mistas; tampa bloqueadora de acesso às lâminas; potência mínima: 450 w com aterramento de acordo com nbr-14.136/2012- vigente; deverá possuir certificado de qualidade e segurança - inmetro; cabos com mínimo 75 cm e plug trifásico, todos de acordo com nbr-14.136/2012- vigente; tensão em 220v.	Unidades	121	R\$ 2.977,28	R\$ 360.250,88
38	ELÁSTICO LÁTEX: Amarelo nº 18 borracha natural pacote com, no mínimo, 500gramas do produto.	Pacotes	275	R\$ 15,28	R\$ 4.202,00
39	EMBORRACHADO Etil, Vinil e Acetato (E.V.A.): folha em E.V.A.; Gramatura: 2 mm; dimensões mínimas: A x L: 600 x 400 mm; material é fácil de manusear e de qualidade; cores diversas: azul, amarelo, vermelho, rosa, verde.	Unidades	480	R\$ 3,75	R\$ 1.800,00
40	ENVELOPE: saco, papel branco, ideal para transportar e armazenar documentos em geral, de alta qualidade, dimensões: 110 x 170 mm	Unidades	320	R\$ 0,39	R\$ 124,80



41	ENVELOPE: saco, papel branco A4, ideal para transportar e armazenar documentos em geral, de alta qualidade, dimensões: 240 x 340 mm	Unidades	440	R\$ 1,10	R\$ 484,00
42	ENVELOPE COMERCIAL: papel branco, ideal para transportar documentos, de alta qualidade, dimensões: 114 x 229 mm, 75g/m²	Unidades	300	R\$ 0,34	R\$ 102,00
43	ESTILETE: médio transparente, lâmina em aço inox, multiuso, com trava de segurança para lâmina (18mm), atóxico, resina termo plástica	Unidades	148	R\$ 2,21	R\$ 327,08
44	ETIQUETA AUTO-ADESIVA: Caixa com 100. Material papel, cor branca, tamanho aproximado: 33,9mm x 101,6mm, com 14 etiquetas por folha, aplicação em impressoras InkJet e Laser.	Caixas	230	R\$ 58,64	R\$ 13.487,20
45	ETIQUETAS ADESIVAS: etiqueta adesiva multiuso, adesivo permanente, medidas aproximadas: 38,1x99,0mm, na cor branca, caixa com 20 folhas em formato A4, com 14 etiquetas por folha, aplicação em impressoras InkJet e Laser	Caixas	230	R\$ 23,85	R\$ 5.485,50
46	EXTRATOR DE GRAMPO: de boa qualidade, tipo espátula, fabricado em chapa de aço inoxidável fina fria SAE 1020 zincado, utiliza do para sacar grampos, medida aproximada: 15cm x 2,0cm, prazo de validade indeterminado.	Unidades	93	R\$ 2,31	R\$ 214,83
47	FICHÁRIO: base metálica grafite, tampa fumê 6x9, com base metálica grafite, tampa em poliestireno, fixada com rebite em aço, dimensões aproximadas: 260x300x182.	Unidades	85	R\$ 40,61	R\$ 3.451,85
48	FITA ADESIVA 12mmx40m: monofase, transparente, lisa, gruda com alto poder de fixação em diversas superfícies, adesivo à base de resina e borracha sintética, ela é resistente e durável.	Unidades	285	R\$ 1,44	R\$ 410,40
49	FITA ADESIVA 12mmx30m: monofase, transparente, lisa, gruda com alto poder de fixação em diversas superfícies, adesivo à base de resina e borracha sintética, ela é resistente e durável.	Unidades	275	R\$ 6,03	R\$ 1.658,25
50	FITA ADESIVA 45mmx45m: monofase, transparente, lisa, gruda com alto poder de fixação em diversas superfícies	Unidades	285	R\$ 5,18	R\$ 1.476,30
51	FITA ADESIVA COLORIDA 10mx12mm: monofase; Polipropileno biorientado (BOPP) e adesivo acrílico a base de água; cores fluorescentes; tamanho: 10 m x 12 mm.	Unidades	240	R\$ 2,27	R\$ 544,80
52	FITA ADESIVA CREPE 24x50: monofase, branca, uso geral composta por papel crepado saturado e envernizado com adesivo à base de borracha e resinas, medida aproximada: 24mmx50m.	Unidades	260	R\$ 7,03	R\$ 1.827,80
53	FITA ADESIVA CREPE 50mx50mm: monofase, branca, fita reforçada; alta resistência ao rasgamento, alta	Unidades	250	R\$ 8,46	R\$ 2.115,00
54	FITA ADESIVA DUPLA FACE: 12x30: filme polipropileno biorientado coberto com adesivo a base de água de ambos os lados, Liner de papel siliconizado (antiaderente), gruda com alto poder de fixação em diversas superfícies, medida aproximada: 12mmx30m.	Unidades	250	R\$ 7,70	R\$ 1.925,00
55	FITA CORRETIVO: fita de 4,2 mm x 12 m; para correção rápida, limpa e precisa; corpo transparente e tampa para proteção da ponta; cores diversas	Unidades	170	R\$ 7,06	R\$ 1.200,20



56	GIZ DE CERA GRANDE: Caixa com 12. Formato anatômico que facilita a pega, atóxica, fabricado com cera de alta qualidade, caixa contendo no mínimo 12 (doze) unidades.	Caixas	180	R\$ 4,32	R\$ 777,60
57	GLITTER: 25 G / CAIXA COM 06, com cores sortidas alegres e vibrantes, atóxica, gel transparente, aplicador pelo bico, solúvel em água, contendo no mínimo 06 (seis) potes de glitter com 23 a 25gr.	Caixas	180	R\$ 15,56	R\$ 2.800,80
58	GRAMPEADOR PROFISSIONAL – SEMIINDUSTRIAL: Mesa. Capacidade para grampear até 100 folhas, para grampos 23/13, produzido totalmente em aço com base e apoio plástico anatômico, tratamento superficial pintado, material metal de alta resistência	Unidades	150	R\$ 74,94	R\$ 11.241,00
59	GRAMPEADOR: material metal, medida aproximada de 20cm com base de plástico, tipo mesa, pintado, para grampos 24/6 e 26/6, capacidade para 25 a 30 folhas, apresentando garantia de qualidade, durabilidade, de primeira qualidade e de fabricação brasileira.	Unidades	315	R\$ 18,59	R\$ 5.855,85
60	GRAMPO PARA GRAMPEADOR: 23/13: fabricado com arame aço niquelado, tamanho 23/13, produto não perecível, caixa com 5.000 unid.	Unidades	405	R\$ 27,14	R\$ 10.991,70
61	GRAMPO PARA GRAMPEADOR: 26/06: fabricado com arame aço niquelado, tamanho 26/06, produto não perecível, caixa com 5.000 unid.	Caixas	320	R\$ 5,71	R\$ 1.827,20
62	GRAMPO PARA GRAMPEADOR: 24/06: fabricado com arame aço niquelado, tamanho 24/06, produto não perecível, caixa com 5.000 unid.	Caixas	340	R\$ 20,58	R\$ 6.997,20
63	GRAMPO TIPO TRILHO: em aço estanhado, distância da furação: 80mm comprimento da haste: 50 mm, capacidade de prender até 300 folhas. Caixa 50 unidades.	Caixas	270	R\$ 17,61	R\$ 4.754,70
64	LÁPIS DE COR GRANDE: corpo em madeira, tamanho grande, cores vivas e intensas, atóxico, com ótimo poder de cobertura; ponta resistente, não lasca; produzido com madeira 100% reflorestada, caixa com 12 lápis com diversas cores.	Caixas	180	R\$ 5,89	R\$ 1.060,20
65	LÁPIS GRAFITE PRETO: em madeira, corpo redondo, apontado, dureza HB, medindo aprox. 18 cm de comprimento, de fabricação nacional, caixa com 144 uns.	Caixas	300	R\$ 47,20	R\$ 14.160,00
66	LÁPIS HIDROCOR GRANDE/GROSSO: corpo na cor da tinta, com cores vibrantes, atóxico, ponta média, tinta lavável, estojo prático, caixa com 12 unidades de lápis com cores diversas.	Caixas	205	R\$ 6,93	R\$ 1.420,65
67	LIVRO CAIXA: capa dura, folhas numeradas, formato 32cm x 22cm nº de 100 folhas.	Unidades	340	R\$ 26,46	R\$ 8.996,40
68	LIVRO DE ATA - capa dura, folhas numeradas e pautado, gramatura interna com no mínimo 56g/m², formato 220x330mm, nº de 100 folhas.	Unidades	750	R\$ 13,33	R\$ 9.997,50
69	LIVRO DE PONTO: capa dura, folhas numeradas, gramatura interna com no mínimo 56g/m², com 01 (uma) assinatura, contendo 200 fls.	Unidades	400	R\$ 31,31	R\$ 12.524,00



70	LIVRO DE PONTO ENSINO FUNDAMENTAL 6º AO 9º ANO: capa dura, constando “Termo de Abertura” e do “Termo de Encerramento” do Livro de Ponto dos Profissionais do Magistério, dimensões aproximadas: 23,5cm x 32,5cm, quantidade de 200 páginas.	Unidades	110	R\$ 24,48	R\$ 2.692,80
71	LIVRO DE REGISTRO DE MATRÍCULA ESCOLAR: possui termo de abertura e encerramento para registro junto aos órgãos competentes, formato: vertical 22x32cm, folhas numeradas, papel: branco 63g, impressão: offset, capa: preta cartonada 240g, com 200 folhas.	Unidades	120	R\$ 22,80	R\$ 2.736,00
72	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA: capa dura (papelão gramatura 0,705grs), pautado, numerado, com 100 folhas; medidas aproximadas: 160x220mm.	Unidades	418	R\$ 11,49	R\$ 4.802,82
73	LIXEIRA COLETORA COM PEDAL: Capacidade para, no mínimo, 15 litros. 48x 42x32cm em polipropileno de alta resistência, Tampa com sistema de abertura/ fechamento através de pedal, cor branca, vedação do coletor evitando a dispersão de odores e a entrada de insetos	Unidades	265	R\$ 33,29	R\$ 8.821,85
74	LIXEIRO COM PEDAL EM PLÁSTICO RÍGIDO (12 LITROS) lixeira cilíndrica com pedal em plástico rígido de 12 litros, cor preto, mecanismo do pedal através de fio de nylon	Unidades	125	R\$ 26,54	R\$ 3.317,50
75	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO: ponta de escrita macia e durável, traço variante entre 4mm e 5mm, consistente, apaga facilmente, recarregável, tinta especial, (caneta / pincel), COR PRETA	Unidades	80	R\$ 9,62	R\$ 769,60
76	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO: ponta de escrita macia e durável, traço variante entre 4mm e 5mm, consistente, apaga facilmente, recarregável, tinta especial, (caneta / pincel), COR AZUL		115	R\$ 10,97	R\$ 1.261,55
77	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO: ponta de escrita macia e durável, traço variante entre 4mm e 5mm, consistente, apaga facilmente, recarregável, tinta especial, (caneta / pincel), COR VERMELHO		82	R\$ 10,76	R\$ 882,32
78	MARCADOR PERMANENTE (CANETA) PARA CD E DVD: tinta especial resistente à água, ...vidros e filmes, ponta de poliéster de até 2.0mm, resistente e conta com espessura de escrita de até 0.5mm, (pincel/caneta), cores variadas, Caixa 12 unid.	Caixas	45	R\$ 25,38	R\$ 1.142,10
79	MASSA DE MODELAR: macia, não endurece e pode ser reaproveitada, com cores vivas e vibrantes, atóxica, caixa com 12 unidades com cores diversas.	Caixas	220	R\$ 4,74	R\$ 1.042,80
80	MOLHA DE DEDOS - embalagem plástica, pomada é produzida com componentes especiais para manusear papéis, não gorduroso, creme umedecedor atóxico, peso líquido 12 grs.	Unidades	252	R\$ 3,32	R\$ 836,64



81	PAPEL BRANCO A4: Papel A4 branco 210 x 297 mm rs: papel extra branco, sulfite, formato A4 (210 x 297 mm); gramatura 75 g/m ² , embalagem 100% bopp -bio propileno biorientado....caixa com 10 (dez) resmas c/500 fls.	Resmas	5300	R\$ 24,15	R\$ 127.995,00
82	PAPEL CAMURÇA: com textura aveludada, cores sortidas vivas e vibrantes, medidas aproximadas: 40x60cm.	Unidades	85	R\$ 1,24	R\$ 105,40
83	PAPEL CARTÃO: cor branca, folha A4, medidas aproximadas: 210mm x 297mm, pacote contendo, no mínimo, 50 fls.	Pacotes	900	R\$ 10,88	R\$ 9.792,00
84	PAPEL COLOR SET: com cores firmes e vibrantes em ambos os lados (frente e verso), Formato: 48cm x 66cm. Gramatura: 120g.	Unidades	420	R\$ 0,95	R\$ 399,00
85	PAPEL CREPOM: fino acabamento, cores sortidas vivas e vibrantes, medidas aproximadas: 48,0cm x 2,0mts.	Unidades	230	R\$ 1,28	R\$ 294,40
86	PAPEL FOTOGRÁFICO ADESIVO: papel de foto brilhante autoadesivo A4, à prova d'água, medidas aproximadas da folha: 21x29,7cm, gramatura da folha: 115g, pacote c/100 folhas.	Pacotes	260	R\$ 65,12	R\$ 16.931,20
87	PAPEL LAMINADO: com cores vivas e de brilho intenso, tamanho: 60cm X 45cm, cores variadas.	Unidades	270	R\$ 1,52	R\$ 410,40
88	PAPEL LEMBRETE: bloco de recados – (autoadesivo removíveis), adesivo, sem pauta, cor: amarela, tipo post -it, medindo 76x 102 mm, bloco com 100 folhas.	Blocos	550	R\$ 5,45	R\$ 2.997,50
89	PAPEL LEMBRETE: bloco de recados – (autoadesivo removíveis), adesivo, sem pauta, colorido 5 (cinco) cores, tipo post -it, medindo 85x85mm, bloco com 750 folhas.	Pacotes	520	R\$ 9,32	R\$ 4.846,40
90	PAPEL LINHO: Pacote com 50 folhas. papel texturizado, superfície do tecido linho fino, resistente a altas temperaturas, secagem rápida, tamanho A4, branco, gramatura da folha 180g/m ² ,.... Dimensões: 210mm x 297mm	Pacotes	240	R\$ 14,32	R\$ 3.436,80
91	PAPEL MADEIRA: Pacote com 100 folhas. papel kraft, medidas aproximadas: A4 (21x29,7cm), gramatura variando entre 170 g/m ² e 180 g/m ² , validade: indeterminada.	Pacotes	320	R\$ 77,31	R\$ 24.739,20
92	PASTA COM CANALETA: pasta com canaleta, material em polipropileno, atóxico, resistente, tamanho A4, dorso 7mm, dimensões aproximadas 230x310mm, cores diversas	Unidades	830	R\$ 3,28	R\$ 2.722,40
93	PASTA DE PLÁSTICO: acompanhado com grampo trilho plástico, tamanho: A4, gramatura da folha 035g/m ² : dimensões aproximadas: 335x226x10mm, nas cores cristal e amarela.	Unidades	325	R\$ 2,76	R\$ 897,00
94	PASTA PARA ARQUIVO MORTO: em plástico polionda opaco, com impressão e trava, para arquivar documentos em geral, dimensões aproximadas: 36,5 x 24,5x13,3cm, diversas cores.	Unidades	320	R\$ 7,52	R\$ 2.406,40
95	PASTA POLIONDA: pasta plástica com aba e fecho em elástico, material em polipropileno, dimensões aproximadas: 335x245mm, dorso de 55mm, cores diversas, pacote com 10 unid.	Unidades	262	R\$ 4,87	R\$ 1.275,94



96	PASTA REGISTRO A -Z: medidas aproximadas: 285x345mm, dorso: 75mm. lombada larga, forrado com papel plastificado, papelet as com espaço de identificação, visor e compressor plásticos, altamente resistente e durável	Unidades	1170	R\$ 15,70	R\$ 18.369,00
97	PASTA COM (ABA) ELÁSTICA: ofício (1/2), aba A20, fecho elástico, material polipropileno, cor verde ou azul, dimensões aproxima das 335x245mm, sem lombo.	Unidades	800	R\$ 3,21	R\$ 2.568,00
98	PASTA SUSPensa - com corpo em cartão pintada plastificada ecológica, com 2 suportes de arame e 4 ganchos de plástico, com visor, etiqueta e grampo plástico. medidas aproximadas: 240x361mm, gramatura mínima: 200g/m2	Unidades	700	R\$ 4,39	R\$ 3.073,00
99	PERCEVEJO: tamanho 10mm, caixa com 100 unidades. material arame e chapa de aço com tratamento de superfície antiferrugem m dourado, latonado, pontas perfurantes	Caixas	510	R\$ 3,64	R\$ 1.856,40
100	PERFURADOR DE PAPEL: grande, em aço trefilado, temperado e zincado, ferro fundido, capacidade perfuração de 60 folhas, bas e e cabo de ferro fundido, base plástica reciclável, furos com distância de 8mm da margem.	Unidades	550	R\$ 79,87	R\$ 43.928,50
101	PERFURADOR DE PAPEL: médio em aço, com 2 furos, capacidade de perfuração de 40 folhas, em metal com base de borracha, cor preto.	Unidades	300	R\$ 47,38	R\$ 14.214,00
102	PILHA GRANDE ALCALINA D: voltagem de 1,5 volts, possui potência confiável e prolongada, embalagem com 2 (duas) unid.	Embalagens	550	R\$ 23,03	R\$ 12.666,50
103	PILHA PEQUENA ALCALINA AA: tipo AA, voltagem de 1,5 volts; embalagem com 4 (quadro) unid.	Embalagens	570	R\$ 5,23	R\$ 2.981,10
104	PINCEL N° 00: cabo curto de plástico amarelo, virola alumínio, formato pincel redondo, com cerdas de pônei, n° 00.	Unidades	600	R\$ 5,43	R\$ 3.258,00
105	PINCEL N° 10: cabo curto de plástico amarelo, virola alumínio, formato pincel chato, com cerdas de pônei, n° 10.	Unidades	77	R\$ 4,13	R\$ 318,01
106	PINCEL N° 14: cabo curto de plástico amarelo, virola alumínio, formato pincel chato, com cerdas de pônei, n° 14.	Unidades	77	R\$ 7,77	R\$ 598,29
107	PINCEL N° 18: cabo curto de plástico amarelo, virola alumínio, formato pincel chato, com cerdas de pônei, n° 18.	Unidades	90	R\$ 7,29	R\$ 656,10
108	PINCEL N° 20: cabo curto de plástico amarelo, virola alumínio, formato pincel chato, com cerdas de pônei, n° 20.	Unidades	110	R\$ 4,51	R\$ 496,10
109	PISTOLA PARA BASTÃO DE COLA QUENTE: grande, corpo de plástico, fio de cobre, bico de alumínio (c/ isolante térmico), suporte de apoio de metal, 110v/220v (bivolt).	Unidades	72	R\$ 32,16	R\$ 2.315,52
110	PISTOLA PARA BASTÃO DE COLA QUENTE: pequena, corpo de plástico, fio de cobre, bico de alumínio (c/ isolante térmico), suporte de apoio de metal, 110v/220v (bivolt).	Unidades	147	R\$ 24,46	R\$ 3.595,62
111	PLACA DE ISOPOR: cor branco; placa em EPS de alta qualidade; para usos diversos, medidas aproximadas: 50x100x 25.	Unidades	282	R\$ 9,10	R\$ 2.566,20



112	PORTA CLIPS - em acrílico duplo com porta lápis, atóxico, cristal injetado em poliestireno transparente, com tampa colorida.	Unidades	217	R\$ 14,42	R\$ 3.129,14
113	PRANCHETA - em madeira (Duratex/Eucatex), com prendedor, tamanho ofício, medindo 33cm x 23cm.	Unidades	407	R\$ 11,71	R\$ 4.765,97
114	QUADRO BRANCO: com moldura de alumínio, confeccionado em chapa de fibra branca resinada, removível e deslizante, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, medidas aproximadas: 90x120cm.	Unidades	95	R\$ 220,45	R\$ 20.942,75
115	QUADRO DE AVISO: de feltro verde, borda em madeira, medindo 100x70 cm.	Unidades	80	R\$ 140,79	R\$ 11.263,20
116	REABASTECEDOR: tinta para marcador de quadro branco, cor azul, contendo 5,50ml por unidade	Unidades	170	R\$ 4,77	R\$ 810,90
117	REABASTECEDOR: tinta para marcador de quadro branco, cor preta, contendo 5,50ml por unidade	Unidades	417	R\$ 4,87	R\$ 2.030,79
118	REABASTECEDOR: tinta para marcador de quadro branco, vermelho, contendo 5,50ml por unidade	Unidades	412	R\$ 4,78	R\$ 1.969,36
119	RÉGUA - graduada em 30 cm, subdivisão em milímetros, em acrílico, com no mínimo 3 mm de espessura e 35 mm de largura.	Unidades	347	R\$ 1,77	R\$ 614,19
120	TESOURA ARTESANAL: tesoura em aço inoxidável, com cabo de polipropileno preto, rebite maciço, com pontas arredondadas (sem ponta), resistente, tamanho médio, medida aproximada 17cm.	Unidades	55	R\$ 9,83	R\$ 540,65
121	TESOURA ESCOLAR: tesoura em aço inoxidável, com cabo de polipropileno preto, rebite maciço, com pontas arredondadas (sem ponta), resistente, tamanho pequena, medida aproximada: 13cm.	Unidades	355	R\$ 3,28	R\$ 1.164,40
122	TINTA GUACHE: acrílica, solúvel em água, atóxica, volume mínimo ml: 15ml, contendo 6 (seis) potes de cores sortidas para pintar e colorir desenhos e artes, embalagem contendo no mínimo 6 (seis) potes de 15ml.	Caixas	450	R\$ 6,98	R\$ 3.141,00
123	TINTA PARA ALMOFADA (CARIMBO): AZUL - tinta sem óleo reativa todos os tipos de almofadas, composição água resina corante s e aditivos, alto rendimento, Ideal para reativar todos os tipos de almofadas, na cor azul, contendo no mínimo 40ml uns.	Unidades	570	R\$ 5,62	R\$ 3.203,40

5. DO VALOR DE REFERÊNCIA

5.1. O valor estimado para a despesa será aferido quando da cotação realizada pelo Setor de Compras, através dos estimados conseguidos pela média final.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. A Administração Municipal obrigar-se-á a:

- a) efetuar o pagamento à Fornecedora, de acordo com o prazo estabelecido na ATA;
- b) comunicar formal e imediatamente à Adjudicatária qualquer anormalidade no fornecimento dos bens, podendo recusá-los caso não estejam de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) prestar, através de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;



- d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na futura Ata de Registro de Preços;
- e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Município, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- f) renegociar os valores contratados, cujos preços sejam considerados desvantajosos;
- g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Adjudicatária;
- h) aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.

6.2. A Adjudicatária obrigará-se a:

- a) arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os móveis, eletrônicos e eletrodomésticos ofertados na licitação;
- b) manter firme sua proposta durante o prazo de validade da mesma;
- c) entregar os móveis, eletrônicos e eletrodomésticos em conformidade com o que foi licitado, e dentro do prazo estabelecido pelo Município, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento, nas quantidades propostas e no local indicado;
- d) corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato;
- e) entregar os móveis, eletrônicos e eletrodomésticos, objeto da proposta, dentro do prazo de validade;
- f) entregar os objetos durante o horário de funcionamento do Município, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;
- g) abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do Município;
- h) responder por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros durante a vigência desta Ata por seus agentes ou prepostos;
- i) manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no edital.

7. DO PREÇO

7.1. O preço ofertado pela licitante e aceito pelo Pregoeiro será registrado na Ata de Registro de Preços.

8. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

8.1. O fornecimento dos itens registrados em Ata será solicitado mediante o envio da respectiva Ordem de Fornecimento.

8.2. Cada Ordem de Fornecimento conterá sucintamente a quantidade e descrição do produto, valor, assinatura do requisitante e data de expedição.

8.3. A Ordem de Fornecimento poderá ser enviada via fax ao fornecedor ou por qualquer outro meio hábil.

8.4. Poderão ser emitidas mais de uma Ordem de Fornecimento por mês.

8.5. Os itens solicitados através da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do produto e a quantidade dos respectivos itens.

8.6. A Adjudicatária ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas através das Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

8.7. O objeto poderá ter suas quantidades alteradas dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

8.8. Os objetos desta licitação, deverão ser entregues ao Município, de forma parcelada, mediante Autorização de Fornecimento, no prazo de 03 (três) dias úteis, de acordo com a necessidade da(s) Secretaria(s) Municipal



vinculadas ao Município.

8.9. Os itens deverão apresentar qualidade, marca e especificações idênticas às mencionadas na proposta comercial da Adjudicatária.

8.10. A entrega dos objetos se fará durante o horário de funcionamento do Município, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado.

8.11. O prazo de entrega do objeto será de 03 (três) dias úteis, contadas a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.12. Se a Adjudicatária se recusar injustificadamente a entregar os objetos no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, sujeitando-se a desistente às penalidades legais, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis.

8.13. Os móveis, eletrônicos e eletrodomésticos, no ato da entrega, deverão estar acompanhados da Nota fiscal descritiva, constando número da Autorização de Fornecimento, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como da CND do INSS e CRF do FGTS.

8.14. O ato de recebimento dos objetos licitados, não importa em sua aceitação. O critério do Município será submetido a sua verificação, cabendo a Adjudicatária, a troca dentro de 24 (vinte e quatro) horas, do objeto que vier a ser recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento à adjudicatária será efetuado em até 30 (dias) a partir da entrada da Nota Fiscal, devidamente atestada por quem de direito.

9.2. O pagamento fica condicionado à comprovação de que a Adjudicatária se encontra em regular situação fiscal para com as fazendas estadual e federal.

9.3. Nenhum pagamento será feito sem que a Adjudicatária tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

9.4. Havendo erro na nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado, até que a Adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias.

9.5. O pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da Adjudicatária, indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A Adjudicatária que ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução desta Ata, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. Pela infração das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Adjudicatária as seguintes sanções:



I - advertência;

II - multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;

10.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Município se reserva o direito de cancelar a Ata de Registro de Preços independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à Adjudicatária caiba o direito de indenização de qualquer espécie, no caso de falência, concordata ou dissolução da Adjudicatária, transferir, no todo ou em parte, a Ata, atraso na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias contados a partir da Ordem de Fornecimento sem que haja justificativa aceita.

12. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme dispõe o § 2º, do Art. 4º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

Chã Preta -AL., 18 de maio de 2022.

Marcos Antônio Pimentel de Vasconcelos
Secretário Municipal de Adm. Planej e Rec. Humanos



ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA/AL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.....

O(A) (órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/20..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM TR	DO FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTES)						
X	ESPECIFICAÇÃO			UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S).

- 3.1. O órgão gerenciador será o (nome do órgão);
3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM	ÓRGÃO	UNIIDADE	QUANTIDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.



5. VALIDADE DA ATA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a), não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO.

6.1. **Caso seja necessário a administração** realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá.

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.5.2. Os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

6.9.1. Por razão de interesse público; ou

6.9.2. A pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES.

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto,



as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data Assinatura

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).



ANEXO III – TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº _____, QUE FAZEM
ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA /AL, com Sede Administrativa na xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxx-xxxxx, neste ato representado pelo Prefeito do Município, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrito no CPF sob nºxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente **Órgão Gerenciador** e a pessoa jurídica **xxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato, representada pelo Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de identidade RG nº xxxxxxxx – SSP/XX, inscrito(a) no CPF/MF sob nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a) na xxxxxxxxxxxxxxxx, e, daqui por diante, denominada simplesmente **Fornecedora Registrada**, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxxxxxxxxx, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº xxxxxxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1				
2				
3				
...				

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de / / e encerramento em / / , prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

- 3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20xx, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: PI:



5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital; 12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso.

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.



15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro de Chã Preta/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de, de 20....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.____

2.____



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de CHÃ PRETA/AL

Pregão Eletrônico: XXX/XXXX

Processo: XXXXX.XXXXX-XXXXX/XXXXX

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: ()

Ramal:

Fax:

Celular:

E-mail:

Banco: XXXX

Agência: XXXXX

C/C: XXXXX

ITEM	OBJETO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
X	XXXXXXXX	XXXXXXXXX	XXXXXX	XXX	R\$	R\$
VALOR TOTAL (QUANDO FOR O CASO) R\$						

O prazo de validade da proposta de preços de preços é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da licitação.

O prazo de entrega será conforme discriminado no Termo de Referência.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como leis sociais, leis trabalhistas, seguros, taxas e contribuições, transporte, alimentação, e demais despesas obrigatórias, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste certame, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente proposta observará os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

Dados da Empresa:

Razão Social;

CNPJ/MF;

Endereço;

Cidade/UF;

CEP;

Tel./Fax;

E-mail;

Banco/Agência;

Conta.

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - Chã Preta/AL - CEP:57760-000
CNPJ: 12.334.629/0001-57



COMISSÃO
PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

Nome;
Endereço;
CEP;
Cidade/UF;
CPF/MF;
RG/Órgão Expedidor; Telefone
E-mail.

Assinatura REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL

Processo Administrativo nº

Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....

Objeto:.....

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, por intermédio de seu(sua) representante legal Sr(a), inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº....., declara para os devidos fins e sob as penas da lei, em referência ao Edital de Concorrência Pública nº (informar), que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação.

Declara ainda que a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou influenciada por qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação.

Da mesma forma, declara que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, quanto a participar ou não da referida licitação.

Por fim, declara estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, se responsabilizando pela execução do objeto no prazo do edital e que os preços se referem a preços usuais de mercado.

Local e Data

(representante legal)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - Chã Preta/AL - CEP:57760-000
CNPJ: 12.334.629/0001-57



COMISSÃO
PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

ANEXO VI - "MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTES"

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL
Processo Administrativo nº
Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....
Objeto:.....

A, inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº /20....., a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

Local e Data

(representante legal)



ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL

Processo Administrativo nº

Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....

Objeto:.....

A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, por intermédio de seu(ua) representante legal, inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

Local e Data

(representante legal) - carimbo



ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL
Processo Administrativo nº
Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....
Objeto:.....

A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede à, por intermédio de seu(sua) representante legal Sr(a)....., inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº, em atendimento ao disposto no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº, do Município de, declara sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicará sobre qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do § 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, haja vista a obrigatoriedade de manutenção das condições de habilitação.

Local e Data

(representante legal) - carimbo



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - Chã Preta/AL - CEP:57760-000
CNPJ: 12.334.629/0001-57



COMISSÃO
PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LEGAIS DO EDITAL

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL

Processo Administrativo nº

Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....

Objeto:.....

A....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, por meio de seu(sua) representante legal, inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº, declara para os devidos fins que possui pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos.

Local e Data

(representante legal) – carimbo



ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE MÉDIO OU PEQUENO PORTE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL

Processo Administrativo nº

Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....

Objeto:.....

A....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, por meio de seu(sua) representante legal, inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº, DECLARA para os fins previstos no edital da licitação supra mencionado que é qualificada como (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que pretende utilizar-se dos benefícios desta lei para ter preferência no critério de desempate e postergar a comprovação da regularidade fiscal para momento oportuno, conforme estabelecido no edital.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Local e Data

(representante legal) – carimbo



ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Processo Administrativo nº
Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....
Objeto:.....

A....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, por meio de seu(sua) representante legal, inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº,DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Local e Data

(Representante Legal) - carimbo



ANEXO XII- MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Processo Administrativo nº

Ref. Pregão Eletrônico nº:/20.....

Objeto:.....

Presado (a) Senhor (a),

Em decorrência do Processo Licitatório XXX/XXXX, Modalidade Pregão Eletrônico Nº XX/2020 para AQUISIÇÃO DE XXXXXX, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº, e, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.Sa., a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até XX (XXXXXXX) dias, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Para controle de V.Sa., informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de XX% (XXXX por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de XX (XXXXX) dias, a ser recolhida no prazo de XX (XXXXX) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese de a multa atingir o percentual de XX% (XXX por cento) sobre o valor do fornecimento, a Administração Pública do Município de CHÃ PRETA /AL, poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.Sa., que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo V.Sa. a pôr o "De acordo", na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Administração, para providências, por meio de e-mail no endereço cplchapreta@gmail.com.

Atenciosamente,

Autoridade Competente

De acordo

Em:/...../.....

Representante Legal da Empresa